

TERMO N.º 15/2022 - CLT-SZN/DAA-SZN/DRG/SZN/IFSP

TERMO DE REFERÊNCIA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA DE TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CÂMPUS SUZANO

COTAÇÃO ELETRÔNICA

Processo nº 23437.000655.2022-77

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de leitores biométricos para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Câmpus Suzano, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	<p>Leitor biométrico de digitais:</p> <p>Com os seguintes requisitos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - LED na cor azul; - Tamanho super compacto (profundidade máxima: 20 mm, comprimento máximo: 70 mm; largura máxima: 40 mm) - Interface USB, compatível com porta USB 1.0, 1.1 e 2.0; - Plug and Play; - Dados de digitalização: 8-bit em tons de cinza; - Resolução: mínimo 512 dpi; - Tensão de alimentação: 5.0 V ± 5% fornecida pela USB; - Suscetibilidade ESD: mínimo 15 kV; - Tamanho máximo da área de captura: 16 mm (largura mínima no centro) e 20 mm (comprimento mínimo no centro); - Umidade de Operação entre 20% - 80% (não-condensado); - Película de silicone na lente; 	393469	Unidade	02	R\$ 614,65	R\$ 1.229,30

<ul style="list-style-type: none"> - Padrões de Conformidade com as Normas: FCC, CE, WHQL; - Invariação à rotação do dedo; - Comprimento do cabo: mínimo 1,70m - Dados biométricos criptografados; - Rejeição de digitais latentes; - Rejeição de digitais forjadas; - Trabalhar com digitais úmidas, secas ou ásperas; - Compatível com múltiplos sistemas operacionais, inclusive Windows 7 e Linux; - Compatível com a Licença de Registro para ativação/funcionamento do dispositivo no software SDKFingerprint 2009 - Compatível com a biblioteca de código aberto LibFPrint, disponível em https://fprint.freedesktop.org/supported-devices.html. <p>Garantia mínima: 12 (doze) meses.</p>							
						TOTAL	R\$ 1.229,30

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1. Ampliação da quantidade de terminais de registro de ponto eletrônico dos servidores do campus Suzano, considerando o atendimento da Instrução Normativa 008/2022 – RET/IFSP, em conformidade com o PDTIC 2018-2021 (vigente), no que diz respeito ao Objetivo Estratégico OE “Disponibilizar serviços, sistemas e recursos de tecnologia da informação que atendam as demandas da comunidade interna e externa e facilitar e disseminar seu uso e acesso”, e à Necessidade Institucional NI 3.26, “Controle de Frequência de Ponto”.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do artigo 24, inc. II da Lei nº 8.666/93.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de **ENVIO DA NOTA DE EMPENHO** no seguinte endereço: Avenida Mogi das Cruzes, 1501, Parque Suzano - Suzano/SP, CEP 08673-010, de segunda a sexta, das **10h00 às 17h00**

4.2. Quaisquer dúvidas sobre a entrega dos materiais poderão ser sanadas através dos seguintes contatos:

E-mail: clt.suzano@ifsp.edu.br.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 dias, pelo(a) responsável pela conferência, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **05 dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do

material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na cotação eletrônica;

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação da execução deste objeto, conforme Decreto nº 8.538/2015.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e

ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de referência.

9.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.10.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100) \quad I = 0,00016438}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irremovíveis.

11. DA GARANTIA DO PRODUTO

11.1. Os itens terão garantia conforme item 1.1. ou prazo estipulado pelo fabricante, o que for maior, contra quaisquer espécies de defeitos, contados da data do recebimento definitivo, devendo a contratada, após a comunicação do contratante, providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, as devidas correções.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. Não se aplica pelo baixo risco, pois trata-se de entrega de material e não de prestação de serviço com mão de obra. A Administração possui outros mecanismos para garantir a execução, como por exemplo, sanções contratuais.

13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

13.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.229,30 (hum mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta centavos)

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Plano de Trabalho: 12.363.5012.20RL.0035

PTRES: 171154

FONTÉ: 8100000000

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52

Suzano, 14 de julho de 2022.

Assinado eletronicamente

Denis Vítório de Araujo
Coordenador de Licitações e Contratos

Assinado eletronicamente

Solange Maria da Silva Santos
Diretora Adjunta Administrativa - DAA-SZN

Documento assinado eletronicamente por:

- Denis Vitorio de Araujo, COORDENADOR - FG1 - CLT-SZN, em 15/07/2022 10:04:49.
- Solange Maria da Silva Santos, DIRETOR ADJUNTO - CD4 - DAA-SZN, em 15/07/2022 10:07:00.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 380439

Código de Autenticação: 16a1bc6b5d

